



A análise sobre a encruza teórica do Reconhecimento e o Epistemicídio

The analysis of the theoretical crossroads of Recognition and Epistemicide

El análisis sobre el cruce teórico del Reconocimiento y el Epistemicidio

Laís Moreira de Oliveira¹

ORCID: 0000-0002-9967-8801

Resumo

Quando pensamos sobre a estrutura social e racial do Brasil precisamos entender como funciona a manutenção dos pilares que sustentam o racismo e suas facetas. Como por exemplo, o fazer científico, o pensamento cognitivo intelectual, diante de uma modelagem racista, tem uma face. Tem historicamente uma aparência, um rosto, e ele não é preto. O corpo de pessoas pretas não é reconhecido facilmente como um corpo/mente que é capaz de promover a cognição de forma estratégica, erudita, ou ainda de qualquer outra ordem a qual possa ser entendida como fonte de conhecimento. Esse não reconhecimento se configura como estratégia de manutenção dos padrões previamente estabelecidos por uma sociedade cientificamente brancocêntrica. O colonialismo costurou com linhas grossas a ideia de uma cognição limitante para corpos pretos. Nutrindo o pensar de apequenamento das ideias e produções intelectuais de povos subalternizados. Não pensar que o processo intelectual de pessoas subalternizadas importa, não localizando essas pessoas como agentes de produções de conhecimentos, é continuar a promover o apagamento intelectual; é mais uma forma de silenciamento e morte. O epistemicídio acaba atuando como mais uma ferramenta atualizada de poder em uma conjuntura de opressão racial, que monopoliza, historicamente, produções intelectuais de pessoas pretas; privilegiando culturalmente um grupo em detrimento de outro. Em vista disso, esse material teórico busca tratar de assuntos como epistemicídio e teoria do reconhecimento a partir de um cruzamento de ideias entre as duas teorias, buscando entender como a relação de reconhecimento ou ausência dele colaboram para a existência do epistemicídio.

Palavras-chave: Apagamento; Reconhecimento; Epistemicídio; Colonialismo.

Abstract

When we think about the social and racial structure of Brazil, we need to understand how the maintenance of the pillars that sustain racism and its facets operates. For example, scientific work and cognitive intellectual thought, when confronted with a racist framework, have a face. Historically, they have a certain appearance, a face, and it is not Black. The bodies of Black people are not easily recognized as bodies/minds capable of promoting cognition in a strategic, scholarly way, or in any other manner

¹Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Graduada em Licenciatura em Química pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora da Rede Estadual de Ensino de Cabaceiras do Paraguaçu - Bahia. E-mail: laimoreiraoliveira@gmail.com.

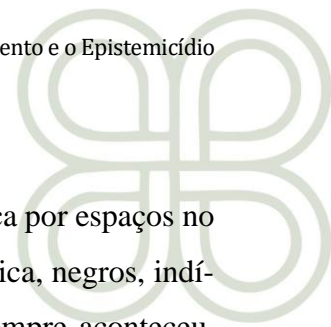
that can be understood as a source of knowledge. This lack of recognition serves as a strategy to maintain the standards previously established by a scientifically white-centric society. Colonialism strongly stitched together the idea of limiting cognition for Black bodies, nurturing the diminishment of ideas and intellectual productions of subaltern peoples. Failing to recognize that the intellectual processes of subaltern individuals matter by not acknowledging them as agents of knowledge production continues to promote intellectual erasure; it is yet another form of silencing and death. Epistemicide acts as an updated tool of power within a context of racial oppression, historically monopolizing the intellectual productions of Black individuals while culturally privileging one group over another. In light of this, this theoretical material seeks to address topics such as epistemicide and recognition theory through a cross-examination of ideas from both theories, aiming to understand how the relationship of recognition or its absence contributes to the existence of epistemicide.

Keywords: Erasure; Recognition; Epistemicide; Colonialism.

Resumen

Cuando pensamos en la estructura social y racial de Brasil, necesitamos entender cómo funciona el mantenimiento de los pilares que sustentan el racismo y sus facetas. Por ejemplo, el hacer científico, el pensamiento cognitivo intelectual, frente a un marco racista, tiene una cara. Históricamente, tiene una apariencia, un rostro, y no es negro. El cuerpo de las personas negras no es fácilmente reconocido como un cuerpo/mente capaz de promover la cognición de manera estratégica, erudita, o de cualquier otra forma que pueda ser entendida como fuente de conocimiento. Este no reconocimiento se configura como una estrategia de mantenimiento de los patrones previamente establecidos por una sociedad científicamente blancocéntrica. El colonialismo tejió con hilos gruesos la idea de una cognición limitante para los cuerpos negros, alimentando el pensamiento de disminución de las ideas y producciones intelectuales de los pueblos subalternizados. No pensar que el proceso intelectual de las personas subalternizadas importa, al no localizarlas como agentes de producción de conocimientos, es continuar promoviendo el borrado intelectual; es otra forma de silenciamiento y muerte. El epistemicidio actúa como una herramienta actualizada de poder en un contexto de opresión racial, que históricamente monopoliza las producciones intelectuales de las personas negras, privilegiando culturalmente a un grupo en detrimento de otro. A la luz de esto, este material teórico busca tratar temas como el epistemicidio y la teoría del reconocimiento a partir de un cruce de ideas entre ambas teorías, buscando entender cómo la relación de reconocimiento o su ausencia colabora para la existencia del epistemicidio.

Palabras clave: Borradura; Reconocimiento; Epistemicidio; Colonialismo.



Introdução

Nos últimos tempos tem se observado um avanço significativo na busca por espaços no que tange a produção intelectual de povos subalternizados (população periférica, negros, indígenas). Não que antes a produção intelectual não acontecesse, acontecia, sempre aconteceu, porém o racismo estrutural cuidou para que essa população em foco, não acreditasse no processo de ruptura com o pensamento hegemônico de produção intelectual, e permanece a consumir e a perpetuar reflexões fundamentadas em um único ponto de vista, por acreditar serem incapazes de produzir outras epistemologias.

As construções epistemológicas se davam hegemonicamente pela face branca, sem abertura para outras possibilidades de pensamento. Essa técnica de invalidação ou apagamento de conhecimento e de produção é resultado da colonização dos povos, onde a população subalternizada era assemelhada à animais irracionais. Animalizados, descaracterizados de humanidade, considerados livres de desenvolvimento cognitivo intelectual, incapazes assim de serem reconhecidos em uma produção de saberes (Nogueira, 2020).

A proposta desse ensaio se baseia justamente em investigar/ compreender como o apagamento intelectual (epistemicídio) se relaciona com a teoria do reconhecimento. Buscando entender por meio de análises feitas por Boaventura de Sousa, Sueli Carneiro e Frantz Fanon, como historicamente a produção intelectual foi monopolizada de forma a normatizar um colonialismo cognitivo que privilegia culturalmente um grupo em detrimento de outro. Forma essa que traz uma ideia de conhecimento superior e conhecimento inferior, o que corrobora para a ausência de reconhecimento de pessoas negras, consideradas secundárias, como pessoas capazes de produzir epistemologias classificadas como importantes. Toda essa problemática é entrecruzada com a teoria de reconhecimento discutida por Axel Honneth e Nancy Fraser, e dialogando também com poder simbólico abordado por Pierre Bourdieu.

A relevância desse ensaio se fundamenta primeiramente na existência de poucas análises de epistemicídio pensado a partir da teoria de reconhecimento. Não existem muitos relatos literários onde esse entrecruzamento seja discutido. Além da escassez de textos relacionando os dois temas, que é relevante para a academia, há também a importância social, histórica, com o entendimento sobre epistemicídio e o silenciamento de povos em diáspora africana. Bem como a importância de cunho pessoal, pois me relaciono diretamente com essas questões que estruturam a sociedade, como o racismo estrutural, e por consequência o epistemicídio. Pois sou mulher preta, de axé, em diáspora africana que além de atravessada por opressões sociais dentro dessa perspectiva, ainda desenvolvo pesquisas em outras esferas, como a cosmoconexão

ancestral por meio das religiões afro e as pedagogias de cuidados produzidas em chão terreiro, que se associam com esse estudo em questão, por serem pensamentos, ações, métodos produzidos e realizados pela população preta que, inúmeras vezes, são invalidados, descredibilizados e também demonizados. Todos esses assuntos se entrelaçam, pois tem a mesma fonte de origem que é o arranjo social do racismo.

Diante de tudo que foi escrito até aqui, e de acordo com a complexidade da discussão proposta entre reconhecimento e epistemicídio é possível perceber a pergunta que norteia esse ensaio: Quais as possíveis conexões entre a teoria do epistemicídio e a teoria do reconhecimento?

Essa análise está organizada em três camadas. Na primeira delas é exposta a abordagem do tema epistemicídio; trazendo informações sobre a branquitude e o colonialismo cognitivo, o monopólio linguístico, privilégio da fala; assuntos que promovem a costura sobre a compreensão do tema, como também a sua relevância de pauta. Na segunda camada o reconhecimento como teoria é apresentado, trazendo as formas as quais a temática é comumente abordada e definida. Propondo uma compreensão sobre o tema de forma a explicitar como essa teoria performa na sociedade. Na última porção de texto é apresentada a encruza de pensamentos que promovem a comunicação da teoria do reconhecimento com o conceito de epistemicídio.

Epistemicídio

De acordo com Ribeiro (2017) há entendimento sobre a existência de um monopólio linguístico, onde o homem branco cisgênero, heteronormativo fala a partir do lugar de alguém que é privilegiado. Privilegiado no discurso e privilegiado na existência. Isso é reflexo da existência de um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes e, especialmente, as nossas produções intelectuais. Configurando uma invisibilidade das narrativas e as construções de conhecimento advindo de povos negros. Povos que são lidos como inferiores, como meros informantes do conhecimento, que não são reconhecidos como autoridades na fala em processo de construção de saberes (Carneiro, 2005).

Desde a colonização que os corpos brancos são sinônimos para padrões estéticos, culturais e intelectuais. Com esse método colonizador a brancura dos povos se torna parâmetro para medir pureza, nobreza, sabedoria científica, intelectualidade, etc. Ser branco é ser virtuoso, é ser livre de questionamentos sobre qualquer tipo de manifestação de razão, de ideias, de emoções. A existência da branquitude é a existência humana, retrato civilizatório, e padronizador social (Nogueira, 1998).

Existe uma condução colonizadora que molda e que coloca o povo preto em constante comparação, como Fanon (2008) revela:

Os pretos são comparação. Primeira verdade. Eles são comparação, ou seja, eles se preocupam constantemente com a autovalorização e com o ideal do ego. Cada vez que entram em contacto com um outro, advêm questões de valor, de mérito. Os antilhanos não têm valor próprio, eles são sempre tributários do aparecimento do outro. Estão sempre se referindo ao menos inteligente do que eu, ao mais negro do que eu, ao menos distinto do que eu (Fanon, 2008, p. 176).

O colonialismo reduziu o negro a estereótipos, isso foi uma estratégia da comparação, delimitar marcadores que tipificassem o negro. A redução a estereótipos ocorria desde a rítmica, passando pela sexualidade e a musicalidade. Os corpos dos negros, principalmente das mulheres negras eram hipersexualizados e postos em condição de vulnerabilidade por isso. Os estereótipos criados pelo racismo constroem um complexo de inferioridade para o negro. E pensar descolonialidade é pensar negro como sujeito pensante, que produz conhecimento, e que é capaz de criar intelectualmente e mover estruturas com suas produções (Fanon, 2008).

Existe uma recusa em considerar os corpos negros como sujeitos pensantes e produtores de conhecimento, o que causa uma invalidação, negação e por vezes um ocultamento das produções relacionadas aos povos em diáspora Africana. Esse caminhar é fundamentado por uma imposição de embranquecimento cultural, justamente porque o branco é o padrão normativo da humanidade pensante. Configurações como essas acima citadas são denominadas como epistemicídio. Ações que sustentam um apagamento de produção intelectual, cultural, de povos de minoria étnica (Carneiro, 2005).

De acordo com Nogueira (2020), a ideia do etnocentrismo origina-se da “heterofobia”, sendo o medo ou hostilidade à existência do outro. O autor traz a ideia de que o reconhecimento do outro como seu semelhante ou seu igual seria um movimento dificultoso. Além dessa dificuldade, o próprio ato de renunciar o outro, enquanto algo sem importância, já deixaria evidente a própria identidade de quem renunciou. Em outras palavras, ele fala sobre um sujeito que ao negar reconhecimento na cultura, religiosidade, sexualidade, epistemologia de um outro, já formata a sua própria identidade. Onde o ser pensante é o ser universal, a norma, e tudo que se afasta dessa universalidade é o outro. E dentro dessa conjuntura de universalidade como padrão existencial, de referência, o outro é o avesso do que é aceito, não tem legitimidade. O racismo, por exemplo, é uma ideia de supremacia racial que demonstra de forma inquestionável a atuação da heterofobia para designar identidades humanas.

A questão central do racismo está na inferiorização de um outro grupo social, com traços culturais, linguísticos, religiosos, diferentes do sujeito que se percebe como referência (Munanga, 2010). Pensando com Almeida (2019), entender o racismo como uma patologia é um erro, racismo não é doença, racismo é um sistema que estrutura e organiza a sociedade. O racismo estrutural não é uma anormalidade, ou mais um tipo de traço de racismo, como racismo

recreativo, racismo religioso, não, ao que se propõe ele é uma normalidade, é o normal. É um sistema que funciona como tem que funcionar, garantindo manutenção de poder, naturalizando desigualdades, legitimando segregação, genocídio e epistemicídio.

Se entendemos que o racismo é uma estrutura de dominação, manutenção de poder, compreendemos o que Bourdieu traz sobre o poder simbólico. A disposição de poder na sociedade ocorre entre dominantes e dominados. Os dominantes são uma parcela muito pequena da população e os dominados são a ampla maioria. Mas mesmo em quantitativo superior, não conseguem se opor a essa dominância e romper com essa conjuntura de poder. O pensamento do poder ao qual Bourdieu expressa está relacionado aos símbolos, não é um poder de força física e nem econômica (Ortiz, 1983).

Segundo Ortiz (1983):

Os estudos de Bourdieu acentuam, sobretudo, essa dimensão social em que as relações entre os homens se constituem em relações de poder, mais ainda, em que elas reproduzem o sistema objetivo de dominação, ao interiorizado enquanto subjetividade; a sociedade e, dessa forma, apreendida como estratificação de poder. A reprodução da ordem não se confina simplesmente aos aparelhos coercitivos do Estado ou as ideologias oficiais, mas se inscreve em níveis mais profundos para atingir inclusive as representações sociais ou as escolhas estéticas (Ortiz, 1983, p. 25 e 26).

A categoria do poder simbólico é desenhada por um poder invisível, porque atua no campo das ideias. As definições, por exemplo, sobre os locais aos quais a população negra ocupa, sobre o perfil construído a respeito dessa mesma população, está fundamentado através de uma agenda de poder, o poder de definir o outro, de categorizar, que está justamente sobre o controle do dominador (Ortiz, 1983).

O dominado nem sempre percebe que está sendo dominado, como também o dominador nem sempre têm consciência que está exercendo domínio. O que o dominador tenta a todo tempo é manter a estrutura de poder, buscando a manutenção de seus privilégios, por isso que as condições de opressão que emergem do racismo tendem a se atualizar para se manter sobre o poder do dominador (Ortiz, 1983).

Os padrões e as categorias são formatadas de gerações para gerações, o poder colonizador estabeleceu definições sobre o outro que ainda estão firmes atualmente. Por exemplo, a definição de “cidadão de bem” em uma sociedade segregacionista não cabe a personificação do negro. Porque pra ser cidadão de bem, primeiramente precisa ser considerado gente, coisa que a população negra geralmente não é. O que ressoou da colonização não permite a categoria do negro ocupar esse lugar.

Entender a conjuntura do genocídio e do epistemicídio, é perceber que quando pessoas consideradas como povos estranhos, porque tinham maneiras de pensar, e de produzir conhecimento, entendidas como estranhas em relação ao padrão de normalidade, eram eliminadas da sociedade, não era somente uma morte física, era também morte simbólica, pois conhecimentos eram eliminados juntos com o corpo físico. Memórias apagadas, construções epistemológicas banidas. O epistemicídio ecoa na subalternidade, nas formas de conhecimentos sustentados por povos lidos como marginalizados. Povos que produzem uma forma ciência, uma forma de civilização, mas que não conseguem coexistir em consonância com outras civilizações (Carneiro, 2005).

Reconhecimento

Dentro de um parâmetro normativo de justiça, a teoria de reconhecimento defendida por Honneth é baseada em três pilares, o amor, o direito e a solidariedade. O amor se relaciona com autoconfiança, o direito com o respeito e a solidariedade com a autoestima (Rosenfield; Saavedra, 2013).

Honneth estuda os pensamentos do jovem Hegel para refletir a teoria do reconhecimento. Onde Hegel traz a ideia de reconhecimento como sendo um comportamento de reciprocidade, um reconhecimento recíproco entre dois sujeitos. Desse modo, um indivíduo só se vê como um sujeito social se for reconhecido por outro. Caso não exista um reconhecimento nesse sentido para o sujeito ele não existe socialmente (Rosenfield; Saavedra, 2013).

Segundo Honneth os indivíduos se inserem na sociedade atual por meio da luta por reconhecimento. Portanto o grande objetivo a ser alcançado é o reconhecimento. A evolução social pode ser entendida por meio da passagem progressista pelos três pilares do reconhecimento.

Para Honneth (2008) a compreensão sobre a teoria de reconhecimento agiria no sentido de articular instrumentos para o alcance de justiça social em uma diversidade de esferas. De acordo ao que o autor defende, é possível que mude as formas históricas que permeiam o reconhecimento e as suas esferas, porém a necessidade de reconhecimento é uma busca universalizada, que se mantém como essencial para desdobramento de uma integração social. Desta forma para efetiva adaptação sociedade necessita-se de uma conduta de reconhecimento.

Sem a experiência de que o outro indivíduo seja um próximo/ semelhante, nós não estaríamos em condições de dotá-lo com valores morais que controlam ou restringem o nosso agir; portanto, primeiramente precisa ser consumado esse reconhecimento elementar, precisamos tomar parte do outro existencialmente, antes de podermos aprender a orientar-nos por normas do reconhecimento que nos intimam a determinadas formas de consideração ou de benevolência (Honneth, 2008, p.73).

Refletir sobre justiça social, a partir do reconhecimento só se torna viável e possível se houver um método global que estabeleça valores. O reconhecimento é um instrumento essencial

para se pensar justiça. Como é possível observar na teoria do reconhecimento de Honneth (2003), não existe possibilidade de uma ação de reconhecimento em relações desiguais, em relações sem entendimento de justiça.

Em relações de poder, hierárquicas, não existe reconhecimento. Um indivíduo que está em condição superior a outro indivíduo, não se reconhece no que está em condição inferior. Relações desiguais não contemplam reflexões que abarquem a existência de reconhecimento. Fraser (2007) dirige discussões sobre movimentações sociais que buscam por reconhecimento, movimentos culturais, simbólicos, como movimentos que pautam raça e gênero. O patriarcado, por exemplo, é um sistema que hierarquiza o poder do homem em detrimento da mulher. O homem se estabelece como a norma e a mulher como oposto a essa norma. O que também acontece na estrutura de superioridade racial que o racismo implanta, um grupo étnico é superior em relação a outro. Como define Ribeiro (2018), quando relaciona a estrutura de racismo entre brancos e negros: “Racismo é um sistema de opressão e, para haver racismo, deve haver relações de poder. Negros não possuem poder institucional para serem racistas” (Ribeiro, 2018, p. 41).

Reconhecimento e Epistemicídio

A superioridade racial ofertada pelo racismo é um dispositivo de poder. O branco e o preto têm direitos diferentes sobre viver e morrer. Essa dicotomia existe em uma tecnologia de poder voltada a preservação da vida de uns e abandono de outros a exposição da morte. O epistemicídio funciona como um elemento instrumentalizador de racialidade. Um recurso de aniquilamento da racionalidade, cultura, e da civilização de outro. Novamente, funcionando como um registro de violência que ressoa do período colonial, utilizando de violência física e simbólica como estrutura de poder (Carneiro, 2005).

Quando Santos (2007) traz a discussão sobre a linha do Abissal entende-se melhor o pensamento de hierarquia do conhecimento de uma civilização em oposição a outra. Ele revela que existem dois lados, na construção do conhecimento. O pensamento abissal concede à ciência lida como moderna um domínio de distinção universalizada sobre o que venha a ser verdade e o que não é. Com isso se finda por promover uma disputa epistemológica firmada entre ciência científica e não científica. Sendo de um lado o visível e do outro o não visível. O que é produzido pela população negra é conhecido e reconhecido como uma intelectualidade menor, o lado não visível, uma formação de pensamento que opera e deve continuar sendo operada na margem. Isso se sustenta por conta das hierarquias. O lugar de ausência de reconhecimento ocorre justamente pelas hierarquias. Onde relações de poder operam em disputa, não se habita reconhecimento.

O pensamento Abissal tem a capacidade de gerar distinções, por exemplo, o pensamento da ciência moderna se vê como detentor da razão, da verdade única, que a partir de critérios determinados por ele dita o que são verdades ou invencionices. Na linha do visível está a ciência moderna, e ciências alternativas como filosofia, teologia, do lado oposto (invisível), está o conhecimento tradicional produzido por comunidades subalternizadas, quilombolas, povos negros. Do lado visível tem leis, do outro lado tem uma terra de selvagens, de sub-humanos onde estão livres de leis, sendo um território considerado como *a-legal*. O pensamento universalista do lado visível não reconhece produção intelectual do lado invisibilizado. O outro lado da linha é entendido com uma gama de experiências desperdiçadas, que são tornadas invisíveis, tal como seus autores.

Pensar e produzir a partir de uma intelectualidade é uma forma de representar poder. Falar é exercer poder, ser ouvido é demonstração efetiva de poder. Está delimitando quem pode ou não falar é reconhecimento de hierarquia. É uma estrutura de dominação. Apagar produção intelectual de povos por não reconhecer legitimidade, cultura e uma epistemologia desenvolvida a partir de povos não dominantes é racismo, é o arranjo do epistemicídio por meio da inexistência de reconhecimento.

As violências que surgem do processo colonizador não são somente demandadas de forma física, elas acontecem de forma simbólica também. Perceber que o epistemicídio é engendrado na sociedade para manter o poder de domínio cultural de uma parcela social, é compreender como essa violência simbólica de apagamento se perpetua perigosamente. Fanon (2008) fala sobre a alienação colonial, no sentido de impossibilitar o sujeito negro a se considerar como sujeito ativo de sua própria história. O sujeito pode estar imerso em uma sociedade, mas se ele não tem condições de se constituir, de se entender identitariamente, como sujeito dela, ele é alienado, mesmo que possivelmente tenha consciência de tudo que estabelece dificuldade no seu desenvolvimento, mesmo assim ele está em alienação.

O que comumente ocorre é a situação do negro na comunidade social ser delimitada, condicionada pela branquitude que atua como dominadora e os negros que atuam como dominados. Essa configuração desenha a violência simbólica no sentido de que a mesma ocorre em consonância com o estado que viabiliza o processo de violência. Pois alimenta uma diferenciação hierarquizada entre os povos (Fanon, 2008). O que se relaciona com o que Nogueira (2020) fala sobre a heterofobia e a necessidade de construir uma identidade, sem negar a identidade existencial do outro.

De forma parecida com o que acontece com a teoria de reconhecimento:

No caso da forma de reconhecimento do direito, são postas em relevo as propriedades gerais do ser humano. No caso da valoração social, são postas em relevo as propriedades

que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, as propriedades de sua singularidade (Rosenfield; Saavedra, 2013, p. 21).

Como a questão da valoração social está vinculada ao processo do sujeito em se reconhecer. Há necessidade de uma valorização da sociedade quanto ao sujeito e sua movimentação dentro dela. A violência simbólica atua nesse sentido, quando não existe reconhecimento, existe a ausência de valorização social, que está sustentado pela diferenciação. Um sujeito diferente das normas de ser sujeito na sociedade é um indivíduo sem valor. Considerado sem cultura, elevado a condição de desumanidade, o que só favorece a manutenção de poder dos que ditam a norma e que se leem como universais.

O negro, o indivíduo tratado em questão, passa pelo “convencimento” de estar vivenciando as exclusões pelo mesmo tempo que os privilegiados continuam a usufruir de seus privilégios injustos, e pelo mesmo motivo, “convencimento”. Os ausentes de privilégio ao silenciarem-se estão possibilitando a voz dos privilegiados, é assim que a violência simbólica acontece. É um modo totalmente interligado, não há como existir oprimido sem opressor. E para que o opressor continue a oprimir e exercer poder, o oprimido precisa ser convencido que aquela é a situação a qual ele pertence (Fanon, 2008).

Munanga (2010) diz que o racismo no Brasil é uma problemática árdua, onde os indivíduos que cometem o crime de racismo, não se reconhecem como racistas. O reconhecimento do sujeito que comete o crime de racismo como criminoso, minaria a técnica de manutenção de hierarquias. Para esse debate a condição de criminoso é do subalterno, do irracional, do não humano, e nunca do sujeito proponente da ação, nesse caso, do racista. O referido autor afirma que:

O maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo acima referidas. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista (Munanga, 2010, p. 1).

O autor citado diz que a diversidade é algo que não dá pra contestar, ela existe e está posta, e a classificação serve de modo a operar o pensamento. Hierarquização das diferenças, o que colocou a raça branca em superioridade a todas as outras. Essa condição, segundo o autor, serve mais para justificar o processo de dominação racial do que propriamente explicar uma variabilidade humana na perspectiva biológica. A necessidade da organização social está arraigada no poder. Dar poder a uns e retirar total de outros. O reconhecimento nessas condutas

não existe. De acordo com Fraser (2007) não se reconhece comunidades minoritárias como civilizações que possam coexistir de maneira harmoniosa com outras comunidades, as quais têm poder de dominação.

Fraser (2007) afirma que os movimentos que pautam por reconhecimento são movimentos que estão mais focados em questões culturais, simbólicas. Os movimentos antirracistas, por exemplo, se encaixam nesse propósito. A luta por reconhecimento das diferenças é à frente dos movimentos sociais, de acordo com a autora. O reconhecimento das diferenças é precisamente para demonstrar a subjetividade de cada sujeito na sociedade, e que o reconhecimento disso é uma forma considerável de pensar em diversidade. A autora entende que existe o uso das injustiças sociais como dominação cultural, o desrespeito das condições culturais e intelectuais dos povos minoritários no caminho da luta por reconhecimento.

Para a manutenção de poder, o interessante, nesse caso de racismo, epistemicídio e reconhecimento, é justamente a existência da dominação racial, da alienação colonial, de todos os aspectos que foram citados nessa seção. O poder precisa existir para que o reconhecimento não exista. Não existindo reconhecimento, as estruturas de opressão sistêmicas continuam a existir, além de a dominação ser fundamento de controle social. Se uma sociedade consegue organizar um pensamento de reconhecimento entre os sujeitos envolvidos nela, não existiria poder dominante entre os povos. Ou seja, as culturas diversas não seriam injustiçadas (Fraser, 2007). Nisso entendemos o porque que epistemicídio não se relaciona com linearidade entre a teoria de reconhecimento. Se existisse reconhecimento entre povos com identidades culturais diferentes, não seria priorizada culturas, religiosidade, produções intelectuais de um grupo para outro socialmente.

Conclusão

É possível existir uma sociedade em que pessoas pensem e ajam de formas diferentes, em um processo de alteridade, mas sem relação de poder, sem hierarquias. Isso significa que entender a teoria do reconhecimento é entender que não há reconhecimento quando existem relações desiguais. O epistemicídio, que é um traço do racismo organizado pelo sistema colonialista, ocorre com a ausência de reconhecimento.

Como vimos, a teoria de reconhecimento estabelece relações sem poder, mas em um vínculo horizontal. Por outro lado, o sistema colonial apaga a produção de conhecimento, cultura, e promove a distinção de saberes entre comunidades, ao mesmo tempo em que é nutrido por uma dominação. Poder racial, intelectual, normativo e segregacionista.

Epistemicídio, juntamente com o genocídio (que é a morte física do corpo) se findam em uma ordenação social. Quando se mata o físico de um corpo preto, vulnerabilidade, não é somente

uma eliminação de massa corpórea, é também simbólico, porque mata-se um corpo território, onde habita conhecimento, produção, identidade e subjetividade. A morte epistemológica vem antes do fim propriamente dito. Uma vez que matar a subjetividade do sujeito é destituí-lo de humanidade, tirar a humanidade de um indivíduo, não o reconhecendo como sujeito social é uma estratégia de extermínio. Por conta disso, todas as estratégias de superação desses obstáculos acabam sendo o primeiro passo para uma sociedade mais democrática e horizontal.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- FANON, Frantz. *A experiência vivida do negro. In: Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/JwvFBqdKJnvndHhSH6C5ngr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.
- HONNETH, Axel. Observações sobre a reificação. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, jan.-abr. 2008, p. 68-79.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.
- NOGUEIRA, Izildinha Baptista. *Significações do Corpo Negro*. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.
- ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- NOGUEIRA, S. *Intolerância Religiosa*. São Paulo: Pólen Livros, 2020
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do Feminismo Negro? / -1.Ed – São Paulo: Companhia das Letras*, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- ROSENFELD, Cinara L.; SAAVEDRA, Giovani Agostini. Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 14-54, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15174522201300020002&lng=en&nrm=isso. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Recebido em 19/07/2024
Aprovado em 04/12/2024
Publicado em 31/12/2024

